

2015. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do Magistério da Educação Básica, 2015 b.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n.º 2, de 1º de julho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, 2015 a.

BZUNECK, Jose Aloyseo. A motivação do aluno: aspectos introdutórios. In: BZUNECK, Jose Aloyseo.; BORUCHOVITCH, Evely. (Orgs). **A motivação do aluno:** contribuições da psicologia contemporânea. Rio de Janeiro: Vozes, 2001, p. 9-36, 183p.

CARMO, Liege Moraes do; MACHADO, Rodrigo Sahagoff ; COGAN, Samuel. Uma análise do processo de elaboração do trabalho de conclusão de curso a partir do processo de raciocínio da teoria das restrições. **Recont: Registro Contábil**, Ufal, Maceió. v. 6, n. 3, p. 83-99, set./dez., 2015.

GOLDRATT, Eliyahu Moche.; COX, Jeff. **The goal:** a process of ongoing improvement. Great Barrington, MA: North River Press, 393p.

MAGALHÃES, Terezinha Camargo. **Motivação de graduandos para a pesquisa científica.** Campinas: Alínea, 2014, 172p.

MASSI, Luciana; QUEIROZ, Saete Linhares. Estudos sobre iniciação científica no Brasil: uma revisão. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 139, p. 173-197, jan./abr., 2010.

MAZZILLI, Sueli. **Orientação de dissertações e teses: em que consiste?** Araraquara: Junqueira & Marin; Brasília: CAPES, 2009, 135p.

MEDEIROS, Bruno Campelo; ROCHA, Fabrícia Abrantes Figueiredo da; SILVA, Ruthilene Catarina Lima da; DANJOUR, Miler Franco. Dificuldades do processo de orientação em Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC): um estudo com os docentes do curso de Administração de uma instituição privada de ensino superior. **Holos**, ano 31, v. 5, 2015.

MEECE, Judith L; ANDERMAN, Eric M.; ANDERMAN, Lynley H. Classroom Goal Structure, Student Motivation, and Academic Achievement. **Annual Review Psychol**, v. 57, p. 487-503, 2006.

NOGUEIRA, Bruna Mazzer ; LEITE, Sérgio Antônio da Silva. A afetividade no processo de orientação de pesquisa científica. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v. 19, n. 3, p. 249-259, set./dez., 2014.

QUIXADÁ VIANA, Cleide Maria Quevedo; VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Orientação acadêmica: uma relação de solidão ou de solidariedade? REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPED), 30. **Anais**. Caxambu, 2007.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Maria del Pilar Baptista. **Metodología de la Investigación**. 4. ed. Colonia Desarrollo, Santa Fé, México: McGraw-Hill Interamericana, 2006, 835p.

SILVA, Claudionor Renato da; CUNHA, Natália Florêncio. O formador de formadores nos cursos de pedagogia. **Revista Pedagogia em Foco**, Iturama, v.9, n.1, jan./jun., 2014.

WISKER, Gina. **The Good Supervisor:** supervising postgraduate and undergraduate research for doctoral theses and dissertations. New York: Palgrave MacMillan, 2005, 383p.

ESTEVEVES, Gabriel Papa Ribeiro. - Profº Me. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na UNESP – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara.

Recebido em: 09/05/2017
Aprovação final em: 27/07/2017

RESUMO

A história, a política e a cultura de cada sociedade são problemas em aberto e se entrelaçam, sendo o presente o lugar da história, o ponto de partida de sua realização, o lugar das problematizações. 50 anos após o golpe de Estado de 1964 a ditadura continua protagonizando, na sociedade brasileira, discussões importantes sobre as representações de sua memória. O espaço público da imprensa tem importante destaque na difusão desta pauta e no posicionamento opinativo e informativo do assunto. Identificar o modo uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler é um pressuposto para a compreensão de como determinados grupos têm forjado as representações do mundo social. Nesta pesquisa realizamos a análise de conteúdo dos editoriais dos jornais: O Estado de S. Paulo; O Globo e Folha de S. Paulo na data que marca os 50 anos do golpe militar brasileiro de 1964 para demonstrarmos como têm construído representações que geram justificativas para o autoritarismo ditatorial que se abateu sobre o Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Memória; Ditadura; Imprensa; Construção Simbólica.

50 YEARS OF THE 1964 COUP D'ÉTAT: SOCIAL MEMORIES OF A PRESENT PAST

ABSTRACT

The history, politics and culture of each society are intertwined, open problems and the present is the place of history, the starting point of its realization, the place of problematizations. 50 years after the 1964 coup d'état, the dictatorship continues to play important roles in Brazilian society about the representations of its memory. The public space of the press is important in the diffusion of this agenda and in the opinionative and informative positioning on the subject. Identifying how, in different places and moments, a given social reality is constructed, thought and offered to be read is an assumption to understand how certain groups have forged the representations of the social world. In this research we analyzed the editorials of the following newspapers: O Estado de S. Paulo, O Globo and Folha de São Paulo in the context of the 50th anniversary of the Brazilian military coup-état in 1964 to demonstrate how they forged justifications for the dictatorial authoritarianism that fell over Brazil.

KEYWORDS: Memory; Dictatorship; Press; Symbolic construction.

PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Aquele que não conhece o passado vive na escuridão e desloca-se do próprio presente para um limbo de ignorância de si mesmo em função de sua ignorância sobre seu contexto sociocultural, uma vez que o presente é o futuro do passado e todo futuro é uma síntese entre passado e presente. Conhecer o passado e a forma como ele é representado na esfera pública, é importante pelo fato de que se ele não é elaborado de forma clara, apontando os ressentimentos e erros e incitando o diálogo e representações críticas entre as partes e a sociedade, corre-se o risco de ele não ser compreendido. Esta assertiva é desdobramento da nossa monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais e da nossa dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, que resultaram na publicação da obra *O Paradoxo da Realidade Social* (ESTEVEES, 2017), na qual nos debruçamos sobre um recorte que diz respeito às publicações jornalísticas impressas em um jornal diário de grande circulação nacional, a *Folha de S. Paulo*, durante o período eleitoral de 2010, para entendermos como este jornal, ao cobrir as eleições (das quais participaram do pleito adversários políticos do regime autoritário iniciado no Brasil em 1964), criou representações acerca do período da ditadura civil-militar que se estendeu no Brasil, e desta maneira colaborou com a construção da memória social daquele período. Entendemos naquela pesquisa, diante dos resultados obtidos, que o jornal em questão deu espaço a enquadramentos e discursos que demonstram a ditadura como algo infame, autoritário e violento, rechaçando o autoritarismo, a censura e a violência do opressor e do oprimido, e consequentemente apoiando a Lei da Anistia como um pacto político que beneficiou os dois lados. Foi ambíguo em alguns sentidos oscilando entre críticas e justificativas à ditadura, entretanto pouco explorou o aspecto Civil do regime militar e desconstruindo a importância histórica e as inflexões da ditadura no presente, considerando-a como um ciclo de autoritarismo encerrado e superado, deixando de debater a aproximação entre a mídia e a ditadura. Isto oculta continuidades do

período ainda nos dias de hoje, como a violência policial, as más condições dos serviços públicos, a tortura, a corrupção, oligopólios midiáticos e empresariais, a desigualdade social, polarização financeira, poder dos bancos e uma sociedade conservadora e despolitizada que ainda demanda as mesmas reformas e direitos impugnados pelo golpe de 1964. Expôs polêmicas e debates delicados sem se posicionar de forma clara para não comprometer sua imagem pública, dando espaço para opiniões divergentes, porém percebemos na linha editorial uma tendência em justificar o golpe de 1964 como algo que evitara algo pior e o endurecimento do regime militar como uma resposta aos movimentos armados que supostamente e genericamente buscavam substituir uma ditadura por outra. Tendência esta que contribui para eximir o jornal de qualquer culpa e/ou responsabilidade que se possa, porventura, se atribuir a ele ao mesmo tempo em que elabora como pano de fundo um período ditatorial não tão rígido, e quando rígido, por culpa dos opositores do regime.

“A elaboração da memória se dá no presente e para responder a solicitações do presente. É do presente, sim, que a rememoração recebe incentivo, tanto quanto as condições para se efetivar” (MENESES, 1992, p.11). Isto significa que mesmo que o fato ou realidade não exista mais integralmente, suas estruturas podem continuar infiltradas na sociedade. E, assim, os mesmos atos e decisões que foram cometidos outrora, incorrem no presente como potencialmente possíveis, porém, mascarados por representações tendenciosas e omissas da história, afinal, a representação restrita de uma memória impõe uma maneira específica de recordar, o que na verdade, significa um impedimento de memória política ou cultural de uma sociedade, a construção de uma memória a partir de representações jornalísticas impõe uma maneira específica de recordar a história, a política e a cultura, a partir de pontos de vistas restritos e específicos de uma elite de poder, que possuem e representam interesses da instituição empresarial jornalística que os publicam e de seus patrocinadores e consumidores, o que na

verdade significa um impedimento de memória e da elaboração de um passado. A memória é coletiva, é a reconstrução do passado com imagens e ideias do presente, através dela os indivíduos reconstruem o passado no presente.

Maurice Halbwachs entende a memória como um fenômeno social forjado mediante a coerção social. Este pensador prolonga os estudos de Émile Durkheim e pressupõe a precedência do Fato Social e do sistema social sobre os fenômenos individuais e psicológicos. Ele desloca o enfoque dos fenômenos psicológicos para as funções que estes ocupam e cumprem no interior do grupo e da sociedade.

A memória, para Halbwachs, seria sempre provocada pelo outro, constituindo-se como uma reconstrução do passado mediante imagens e ideias do presente. Com a lembrança, reconstruímos o passado no presente coletivamente. Portanto, a memória do indivíduo está amarrada à memória do grupo e esta amarrada à tradição. A tradição seria a memória coletiva de cada sociedade, e é esta memória coletiva que Halbwachs diz ser o fundamento da memória individual, que, uma vez que resulta da interação social, acaba constituindo-se como a percepção social do tempo presente dos indivíduos, amarrada à memória do grupo, e esta, amarrada à tradição, ou seja, há sempre uma continuidade (HALBWACHS, 2004).

A história, a política e a cultura de cada sociedade são problemas em aberto e entrelaçam-se dialeticamente. O presente é o lugar da história, o ponto de partida de sua realização, o lugar das problematizações, o passado ajuda a entender o presente e o presente ajuda a compreender o passado como uma sucessão de fatos no tempo histórico das culturas humanas e suas narrações. A história social é a narrativa que constrói passado e presente de um povo, portanto mesmo que o passado não mude, o conhecimento sobre ele e sua narrativa no presente estão em constante transformação, o presente não é uma superação do passado e nem o futuro uma superação do presente, mas sim uma continuidade uma vez que a história não se encapsula no passado

e é sempre contemporânea, afinal, é no presente que se escolhe os questionamentos e reflexões que serão feitos acerca do passado e assim elabora-se a memória social, um patrimônio coletivo. O próprio fazer histórico se transforma no decorrer do tempo, pois as sociedades mudam e com isso o objeto histórico se configura como narrativas que se constroem como sínteses do conflito de perspectivas que expressa o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro. As narrativas são construções de discursos e o discurso, além de traduzir os sistemas de dominação, é um poder em disputa (FOUCAULT, 1996). Em cada presente se faz uma pergunta própria ao passado, buscando entender sua interferência e continuidade no presente com o anseio de impactar no futuro (Le Goff, 1996).

A fonte de pesquisas, em nossa problemática (o que resta do passado no presente), passa a ser tudo aquilo que o homem produz ou produziu como cultura e os documentos históricos são entendidos como monumentos permeados por narrativas dominantes, sendo importantes, não mais só pelo que mostram, mas também, pelos aspectos que escondem/omitem acerca do passado. A história não está mais no documento em si e sim nos desdobramentos de uma análise crítica que o conceba como resultado da interação humana em sociedade, onde a fonte é um fazer histórico definido pela pergunta que se faz ao passado, elencando referências e enumerando elementos que identifiquem a forma, o conteúdo e quais representações ele suscita.

A forma como concebemos a realidade à nossa volta está alicerçada em uma teia de representações construídas socialmente.

Representação seria como que a exibição de uma presença, a presença de uma coisa ausente com algum significado ou valor moral exibido através de linguagem simbólica (CHARTIER, 1990). A representação é a:

Forma de conhecimento do senso comum, na interface do psicológico e do individual, do individual e do

coletivo. É uma construção de uma apropriação da realidade, pressupõe a comunicação, decisão, ação; permite ao indivíduo inserir-se num grupo social e legitimar seus comportamentos. Apesar de construírem uma visão incompleta e/ou parcial do real, um artefato, ela é, para cada sujeito, seu real, quer dizer, sua maneira de pensar. (SCHIMIDT, 2010, p.84)

Cada época e cada sociedade constroem suas próprias representações. As narrativas históricas permitem um diálogo entre o presente e o passado a partir de representações e para problematizá-las não se deve apenas descrever as fontes, mas partir de uma representação crítica de construção de conceitos através da articulação entre o contexto do presente e seus fenômenos sociais com as continuidades do passado numa perspectiva diacrônica e dialética.

A memória coletiva é um elo entre o passado e o presente, uma espiral em que as representações interferem nos imaginários através de discursos que interferem na percepção, que interfere na consciência, que reconstrói a memória que reconstrói as representações. A memória está no passado e a história está no presente, ao se trazer a memória para o presente gera-se uma representação no futuro, portanto a representação está entre a memória e a história. (Le Goff, 1996). A mentalidade de uma época é comum ao conjunto das representações da sociedade, é por isso que a história desdobra-se como um tempo de longa duração, como uma temporalidade, pois os acontecimentos não se esclarecem por si só, mas por suas continuidades e descontinuidades, pelas perspectivas construídas sobre seus significados e pela reflexão crítica feita sobre eles. “...os acontecimentos brilham, mas não aclaram” (MICELI, 2003). Sem a problematização não se constrói o objeto, logo, é a pergunta que fazemos que nos aponta para as sínteses do passado, para as temporalidades sobrepostas que constituíram a cultura, a economia, as mentalidades, as crenças

e a sociedade através de rupturas e continuidades ininterruptas. É necessário procurar os erros e falhas das fontes, pensando o presente em comparação com o passado, em como se constrói as narrativas nesta temporalidade, sua multiplicidade, que permite a contraposição crítica. (BLOCH, 2001). Pois sem isto, as injustiças do passado se projetam no presente como potencialidades. A injustiça não acaba com o passar do tempo e sim com a denúncia de suas causas e consequências, ao passo que fica supostamente isolada no passado, acaba por se configurar como uma ameaça no presente. Uma injustiça contra qualquer um, mesmo que no passado, é uma ameaça contra todos, mesmo que no presente. (LAMBERT, 1942).

[...] articular historicamente o passado não significa conhecê-lo como de fato ele foi. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento do perigo (BENJAMIN, 1985, p.224).

O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer (BENJAMIN, 1985, p.224 - 225).

A história é um campo de possibilidades políticas e culturais, e local privilegiado dos conflitos, onde os acontecimentos históricos representam-se através das narrativas dos vencedores. Portanto a história se mantém permanentemente aberta às perspectivas de ter se realizado de outro modo (BENJAMIN, 1985). Se ainda não se realizara é porque somente os herdeiros dos vencedores têm se beneficiado deste mecanismo opressivo, afinal, ao passo que os vencedores representam o passado como épico, superado e irreversível, os vencidos representam o presente como o futuro de um passado arruinado e ainda por concretizar-se pela interrupção da continuidade da história dos vencedores, recuperando o passado e impedindo que o futuro do presente daquele passado se realize.

Enquanto os herdeiros dos vencedores perpetuarem esta continuidade, os herdeiros dos vencidos serão elos entre as injustiças do passado e as injustiças do presente. (FRANCO, Renato. 2015). ““ Quem controla o passado controla o futuro; quem controla o presente controla o passado.”” (ORWELL, G. 2009. p. 47).

ANÁLISE E PROBLEMATIZAÇÃO DO OBJETO

Para amarrarmos nosso objeto de estudo a uma metodologia, recorremos à Isabel Ferin Cunha (2012) e a sua obra *Análise dos Média*¹, em que a autora faz um percurso acerca das teorias e metodologias de análise midiática, apresentando paradigmas analíticos e apontando que um dos principais métodos utilizados é a análise de conteúdo presente nos discursos exibidos ao público. Portanto, a autora usa esta análise para realizar uma análise de mídia, com o objetivo de esclarecer e exemplificar o processo científico necessário para realizar tal pesquisa, expressando que seus objetivos devem ser a compreensão e interpretação de mecanismos que levam à elaboração de previsões e antecipações, através da construção de cenários e tendências nas mídias. Entende que para se proceder metodologicamente uma análise das mídias precisamos, como método, observar os conteúdos veiculados pelos meios e situá-los no contexto das empresas de mídia (suas posições e história institucional) que os divulgam, de forma a interpretá-los em função dos cenários em que estão inseridos. Isto é justamente o que faremos a seguir.

50 anos após o golpe de Estado de 1964 a ditadura continua protagonizando, na sociedade brasileira, discussões importantes sobre as representações de sua memória. O espaço público da imprensa tem importante destaque na difusão desta pauta e no posicionamento opinativo e informativo do assunto. Identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é

construída, pensada, dada a ler é um pressuposto para a compreensão de como determinados grupos têm forjado as representações do mundo social. Por isso a necessidade de compreender a relação entre os discursos da imprensa, pois a percepção do social não vem de um discurso neutro, ela produz estratégias e práticas impostas à custa de outras, justificando suas escolhas e condutas (CHARTIER, 1990).

No dia 30 de Março de 2014, a *Folha de S. Paulo* publicou um editorial chamado “1964”², nele percebemos a ambiguidade da linha editorial do jornal. O texto aponta que o regime militar é merecedor de repúdio e que a ditadura representou uma notória violência, porém acaba por indicar certas justificativas aos acontecimentos, dizendo que os golpistas de 1964 detiveram um impulso de mudança e participação social alegando estar impedindo seus adversários de instaurar uma ditadura ainda pior, portanto a responsabilidade da violência, de acordo com o texto daquele editorial, se distribui pelos dois extremos, pois parte da esquerda teria forçado os limites da legalidade na urgência de realizar reformas de base, que a *Folha de S. Paulo* chama de demagógicas, e posteriormente organizou-se desencadeando uma luta armada dedicada a instalar, segundo o editorial, precisamente aquilo que eram acusados pelos adversários, uma ditadura pior ainda do que aquela que viera a se estabelecer. O jornal pontuou que às vezes se cobra da *Folha de S. Paulo* o fato de ela ter apoiado a ditadura e esclarece que seu apoio se deu na primeira metade da vigência do regime, sendo na metade seguinte um veículo de críticas ao regime, em seguida o jornal reconhece que aquele apoio foi um erro aos olhos de hoje e que toda violência deveria ter sido rechaçada, mesmo que os responsáveis de outrora tenham agido como lhes pareceu melhor naquelas circunstâncias. Em 31 de Março de 2014 o Estado de S. Paulo publicou o editorial chamado “Meio Século depois”³ direcionando o discurso para o período do

¹CUNHA, I. F. *Análise dos Média*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

²<<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2014/03/1433004-editorial-1964.shtml>>

golpe e da ditadura para pontuar que haviam, na época, aspirações de cunho socialista sem respaldo popular e que as violências de Estado e de oposição foram insensatas e resultantes das imposições da ala reformista do governo e da sociedade. O jornal não cita que apoiou o golpe e se isenta de uma discussão ética sobre o assunto. *O Globo* publica, também em 31 de março de 2014, o editorial “Para nunca mais se repetir”⁴ onde o jornal reconhece o equívoco editorial e arrependimento quanto ao apoio do golpe e exalta o Estado democrático de direito, no entanto não usa o termo ‘ditadura’ e não menciona sua subserviência ao regime, sua apologia ao suposto sucesso econômico e ao governo militares autoritário.

A partir destas declarações editoriais dos jornais, podemos perceber as diferentes ambiguidades da grande imprensa que, como vimos, apoiou o golpe e, ao menos numa primeira parte da ditadura, contribuiu na construção da memória social do golpe e do regime que dele se sucedeu através das representações que fizera destes durante o período histórico que se sucedeu desde a instauração do estado de sítio até a redemocratização e a atualidade. Entender a representação da memória do golpe e da ditadura civil-militar brasileira nos dá margem para que a partir de então se alargue na esfera pública o debate real do que foi e do que é a sociedade em questão, para, dessa forma, emancipá-la e confrontá-la com seus equívocos e acertos. Para tratar do conceito de esfera pública e de qual a função da mídia em sua estrutura, em termos teóricos, nos reportamos a J. Habermas (1984), para quem o sujeito dessa esfera pública é o público enquanto portador da opinião pública, incluindo-se entre os órgãos da esfera pública as mídias, pois servem para que o público se comunique. A esfera pública seria uma estrutura intermediária que faz a mediação entre o sistema político e os setores privados através das discussões de assuntos comuns aos múltiplos e diversos atores sociais, gerando a opinião pública. O espaço

público seria a interação entre práticas sociais e representações sociais (CHARAUDEUAU, 2003). “No âmbito das mídias o caráter público tornou-se um atributo de quem desperta a opinião pública” (HABERMAS, J. 1984. p. 14 e 15). Dialogamos, a partir de então com as proposições de Sérgio Costa (1997), presentes em seu artigo *Contextos da construção do espaço público no Brasil*, em que ele reconhece a habilidade das mídias em transformar sua influência social em poder político, e aponta um espaço assenhoreado por conglomerados de comunicação associados a novas estratégias de manipulação das preferências das massas, refletindo os interesses e aspirações de poder daqueles que controlam os meios de comunicação. Assim, segundo Sérgio Costa (1997), a esfera pública transforma o processo de legitimação democrática em uma questão de manipulação eficiente do campo simbólico.

No encaixe deste debate acerca da esfera pública, estamos nos pautando em obras que percorram o processo de formação e consolidação da mídia no Brasil, qual o papel da mídia e como se dá sua relação com a política e com o poder, como, por exemplo, *Mídia. Crise política e poder no Brasil*, de Venício A. de Lima (2007), em que ele estabelece teses acerca da relação entre mídia e política, argumentando que o papel mais importante que a mídia desempenha decorre do poder de longo prazo que ela tem na construção de representações da realidade, da política e dos agentes políticos, mostrando que o que realmente está em jogo quando se trata da relação entre mídia e política é o processo democrático, sendo a mídia um fator socializador no processo de socialização contínuo do indivíduo em que, através dela, o sujeito também se constitui, internalizando a cultura e as normas sociais de seu grupo e reproduzindo sua ordem discursiva. Para pensarmos teoricamente nossa problemática e compreendermos um pouco mais a importância das mídias no cotidiano, recorreremos à J. B. Thompson (1999), que é um autor que discute

aquilo a que se refere de teoria social da mídia, e nos dá embasamento teórico para tratarmos de nosso objeto de estudo.

A vida social é feita por indivíduos que perseguem fins e objetivos os mais variados. Assim fazendo, eles sempre agem dentro de um conjunto de circunstâncias previamente dadas que proporcionam a diferentes indivíduos diferentes inclinações e oportunidades. Estes conjuntos de circunstâncias podem ser conceituados como “campos de interação” (...) Os indivíduos se situam em diferentes posições dentro destes campos, dependendo do tipo e da quantidade de recursos disponíveis para eles. Em alguns casos estas posições, quando institucionalizadas, adquirem uma certa estabilidade – isto é, tornam-se parte de um conjunto relativamente estável de regras, recursos e relações sociais. As instituições podem ser vistas como determinados conjuntos de regras, recursos e relações com certo grau de durabilidade no tempo e alguma extensão no espaço, e que se mantêm unidas com o propósito de alcançar alguns objetivos globais. As instituições definem a configuração dos campos de interação preexistentes e, ao mesmo tempo, criam novas posições dentro deles, bem como novos conjuntos de trajetórias de vida para os indivíduos que os ocupam (THOMPSON, 1999, p.21).

A atividade simbólica é contínua, intensa e fundamental nas relações sociais, pois os indivíduos constantemente se expressam em formas simbólicas e interpretam simbolicamente expressões e ações usadas pelos outros, ou seja, estão em comunicação entre si e numa troca ininterrupta de conteúdo simbólico no espaço social. No fomento dos conteúdos simbólicos, os indivíduos, grupos ou instituições se utilizam do capital cultural que possuem e de seu prestígio acumulado, o capital simbólico que lhe dá condições de exercer o poder

simbólico, para agir de modo a intervir no curso dos acontecimentos, podendo influenciar a ação dos outros e desencadear eventos advindos da produção e transmissão das formas simbólicas (THOMPSON, 1999). O campo do simbólico é pertinente aos nossos estudos, uma vez que a memória social, coletiva ou individual da história do país nada mais é do que uma construção simbólica realizada em diversos campos, e um deles é a mídia, da qual a *Folha de S. Paulo* o *Estadão* e *O Globo* fazem parte e figuram como protagonistas do setor.

Nelson Werneck Sodré (1998) demonstra que a imprensa brasileira surgiu com o Capitalismo e acompanhou seu desenvolvimento e, sendo assim, o processo de oligopolização, característico do sistema capitalista liberal, ocorrido na economia surtiu efeitos oligopolizantes na área da imprensa, principalmente no Brasil (devido às suas condições históricas), causando uma inversão de valores na mídia em geral, pois esta vivia da opinião de seu público e buscava servi-la, mas o relacionamento estreito mantido com o setor econômico, principalmente pelo fato de a imprensa passar, como instituição privada que é, a funcionar como uma empresa, levou-a a dispensar a opinião do público e a passar a servir aos seus anunciantes, transformando a informação em mercadoria. A mídia se tronou, portanto, uma comerciante de informações. Como agravante, temos o fator de que a mídia brasileira é constituída de oligopólios, ou seja, o poder de controlar o que é ou não divulgado passa pelo crivo particular de poucos conglomerados e entidades privadas, em outras palavras o poder está alocado aristocraticamente e a mídia é nada menos do que o nexo que concentra este poder funcionando como uma engrenagem mantenedora do status-quo de um sistema que beneficia poucos (consequentemente o proprietários de meios de comunicações e seus aliados econômicos e políticos) em detrimento de muitos, através de uma dominação que se utiliza da propaganda e do convencimento para influenciar e condicionar as massas.

Michel Foucault (1979) nos ajuda a entender as relações de formação de um discurso tido

³ <<http://opinio.estadao.com.br/noticias/geral,meio-seculo-depois-imp-,1147202>>

⁴ <<http://oglobo.globo.com/opinio/para-nunca-mais-se-repetir-12022298>>

como verdadeiro pela grande mídia, de forma a constituir uma opinião pública permeada de interesses econômicos e políticos, opinião essa que se fundamenta naquilo que é difundido como verdade pelos grandes meios de comunicação, principalmente por estes construírem seus discursos retoricamente embasados em afirmações pseudocientíficas e científicas, ou melhor, tidas como verdades pelo corpo social. A partir disso podemos argumentar que a formação dos saberes requer que se atente para práticas discursivas e não discursivas e ao funcionamento entrelaçado delas, com efeito, o saber e o poder se apoiam e se reforçam mutuamente numa racionalidade de legitimação (FOUCAULT, 1979).

A opinião era para eles como que uma reatualização espontânea do contrato. Eles desconheciam as condições reais de opinião, as *media*, uma materialidade que obedece aos mecanismos da economia e do poder em forma de imprensa, edição, depois de cinema e de televisão (FOUCAULT, 1979, p.224).

CONCLUSÕES

Para pensarmos a questão histórica e a posição política desta elite da imprensa ao representar ambigualmente a memória política e cultural do Brasil em torno da ditadura militar, podemos nos apoiar teoricamente em Theodor W. Adorno, segundo o qual:

(...) o gesto de tudo esquecer e perdoar, privativo de quem sofreu a injustiça, acaba advindo dos partidários daqueles que praticaram a injustiça (...) o desejo de libertar-se do passado é justificado na medida em que não é possível viver à sua sombra e o terror não se justifica porque o passado de que se quer escapar ainda permanece muito vivo. (ADORNO, Theodor W. 1995 p. 29).

(...) a consciência consola-se argumentando que fatos dessa gravidade

só poderiam ter ocorrido por que as vítimas deram motivos quaisquer para tanto, e este vago “motivos quaisquer” pode assumir qualquer dimensão possível (ADORNO, Theodor W. 1995 p. 31).

Esta passagem de Adorno se refere a um período pós-nazismo na Alemanha, porém pode ser transposta para o período pós-golpe no Brasil, para pensar a questão de órgãos midiáticos que apoiaram um regime autoritário, pragmático e violento no país, e que num momento no qual regime se tornava cada vez mais autoritário, se referiu ao golpe de uma forma delicada e cautelosa, construindo perante seus leitores e sociedade uma imagem, acerca do golpe, que amenizasse seus traços e derrotasse no dia-a-dia o ressentimento histórico dos adversários. O que é muito perigoso, uma vez que próprio Adorno (1995) propôs que a “sobrevivência do fascismo e o insucesso da tão falada elaboração do passado, hoje desvirtuada em sua caricatura como esquecimento do vazio e frio, devem-se à persistência dos pressupostos sociais objetivos que geram o fascismo”, e entendemos que um dos pressupostos sociais objetivos de que fala Adorno é a crença disseminada de que regimes autoritários sejam necessários para se evitar algo pior, exatamente como se sucedeu no Brasil após 1964/68, quando os golpistas e seus aliados se diziam necessários para evitar o pior, sendo o *pior* algo relativo no que se trata de ideais políticos. Tudo isto se torna mais crítico quando o *algo pior* se torna um tabu construído no espaço público, delineando uma sociedade cujos caminhos para a consolidação da democracia são permeados por uma tradição política autoritária evidente.

Consideramos essencial, portanto, pensarmos como a memória do golpe de 1964 e do regime ditatorial que dele se formou, foram construídos, do pós-golpe à atualidade, através de representações, e sobre quais bases históricas, ideológicas e políticas se sustenta. Afinal, a memória dos vencedores silencia aspectos fundamentais do passado. E é, também o que está silenciado que nos interessa.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. A Indústria Cultural: O Esclarecimento como Mistificação das Massas. In: _____. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. p. 99-138

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1995.

ALVES, M. H. M. **Estado e oposição no Brasil: 1964-1984**. Petrópolis: Vozes, 1987.

AGAMBEN, G. **O Amigo & O que é um dispositivo?** Chapecó: Argos, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas..** Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1985. v.1.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. _____. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1996.

BRAUDEL, F. **História e Ciências Sociais: a longa duração**. 6.ed. Editorial Presença, Lisboa, 1990.

BUCCI, E. A imprensa brasileira, seu tempo, seu lugar e sua liberdade: e a ideia que (mal) fazemos dela. In: BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M

bra. Agenda sileira: temas de uma sociedade em mudança. São Paulo, Companhia das Letras, 2011

CAPELATO, Maria Helena Rolim; MOTA, Carlos Guilherme. **História da Folha de São Paulo: 1921 – 1981**. São Paulo: Impres, 1981.

CHARAUDEUAU, P. **El discurso de la información. La construcción del espejo social**. Barcelona: Gedisa, 2003.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHOMSKY, Noam. **Mídia: Propaganda política e manipulação**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.

COSTA, Cristina. **Ficção, comunicação e mídias**. São Paulo: Senac, 2002.

COSTA, Sérgio. “Contextos da construção do espaço público no Brasil”. **Novos Estudos**, n. 47.1997.

CUNHA, Isabel Ferin. **Análise dos Média. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra**, 2012.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo: Comentários sobre a sociedade do espetáculo**, Rio de Janeiro: Contraponto. 1997.

DIAS, André Bonsanto. **O Presente da Memória: Usos do passado e as (re)construções de identidade da Folha de S. Paulo, entre o “golpe de 1964” e a “ditabranda”**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

ESTEVES, Gabriel Papa Ribeiro. **O Paradoxo da Realidade Social: mídia, memória e ditadura**

no Brasil. Curitiba: Appris, 2017.

FICO, Carlos. **Além do Golpe, Versões controversias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2004.

FORACCHI, M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. 2.ed. São Paulo: Nacional, 1977.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **A Ordem do Discurso**. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANCO, Renato. **10 Lições sobre Walter Benjamin**. Petrópolis: Vozes, 2015.

GIDDENS, A.; TURNER, J [ORG] **Teoria Social Hoje**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1990.

HABERMANS, Jürgen. **Mudança estrutural na esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HERTZ, Daniel. **A História Secreta da Rede Globo**. São Paulo: Ortiz, 1989.

KUCINSKI, Bernardo. **A Síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: P. Abramo, 1998.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda-**

Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Editora Boitempo, 2004.

LARANGEIRA, Álvaro Nunes. **A Mídia e o Regime Militar**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

LAMBERT, Max. **Devoirs du chef: déontologie et psychologie professionnelle**. 2ª ed. Paris, Presses Universitaires de France, 1942.

LE BON, Gustave. **Psicologia das Multidões**. Presses Universitaires de France, 1895, Edições Roger Delraux, 1980.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. ed. Campinas: Ed.da UNICAMP, 1996.

LIMA, Venício A. de [ORG] **A mídia nas eleições de 2006**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

_____. **Mídia: Crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: Aviso de incêndio**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MACHADO, R. Introdução. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MARX, K. **O Capital, Crítica da Economia Política**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2008. (Livro 1)

_____. **Dibatti sulla libertà di stampa, In Opere I**. Roma: Editori Riuniti, 1980.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A história cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n.34, p. 9-24, 1992.

MICELI, Paulo. Sobre História, Braudel e os

Vaga-lumes. A Escola dos Annales e o Brasil. IN: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: contexto, 2003. pp. 259-270.

MIGUEL, L. F. **Política e mídia no Brasil: episódios de uma história recente**. Brasília: Plano, 2002.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

POLANYI, K. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992.

RAMONET, Ignácio. **A tirania da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2000.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: EDUNESP, 1993.

RUBIM, Antônio A. C. (Org). **Comunicação e Política: Conceitos e abordagens**. Ed. UNESP, 2004.

RUBIM, Antonio Carlos. **Espetáculo, política e mídia**. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/rubim-antonio-espetaculo-politica.html>> Acesso em: 31 set. 2012.

SCHMIDT, M. A; CAINELLI, M.; **Ensinar História. Pensamento e ação na sala de aula**. 3. ed..São Paulo: Scipione, 2010.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: As tiranias da intimidade**. Rio de Janeiro, Record, 2014.

SIMMEL, G. **Ideologia e cultura moderna**. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

SINTONI, Evaldo. **Em busca do inimigo perdido: construção da democracia e imaginário militar no Brasil (1930 – 1964)**. Araraquara: FCL/Laboratório Editorial/ Unesp; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 1999.

SEVERIANO, Mylton. **Nascidos para perder**. São Paulo: Insular, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: MAUAD, 1998.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

THOMPSON, J. B. **A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da Mídia**. 2.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.